



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.23/2003

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2003

Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia nove de Dezembro de 2003, que acusa um total de disponibilidades de **196.334,42 (cento e noventa e seis mil trezentos e trinta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar. Nenhum eleito apresentou qualquer assunto, tendo o Presidente passado ao ponto seguinte.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta n.º.22/2003-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – 1ª Revisão Orçamental-----
Ponto 2.4 – Empréstimo a Curto Prazo-----
Ponto 2.5 – Empréstimo a Médio e Longo Prazo-----
Ponto 2.6 – Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação das taxas a aplicar no ano de 2004-----
Ponto 2.7 – Projecto de Adaptação dos Estatutos da AMDE nos termos da Lei nº.11/2003 de 13 de Maio-----
Ponto 2.8 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA N.º 22/2003-----

Previamente distribuída por todo e executivo, e depois de introduzidas algumas correcções, a Câmara Municipal deliberou, por maioria (com quatro votos a favor e uma abstenção por parte do vereador Humberto Ratado por não ter participado na reunião) aprovar a acta nº.22/2003.-----

PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS-----

Relativamente ao requerimento apresentado, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal, tomou a seguinte deliberação:-----

a) Pedidos de viabilidade-----

Processo: **430/03**-----

Requerente: **Pedro Bento Ferreira Barradas**-----

Local: Rua Montes Claros, nº.4 – Rio de Moinhos-----

Objecto do requerimento: Pedido de viabilidade para alteração de garagem para habitação-----

1. Pretende o requerente informar-se da viabilidade de alteração de garagem para moradia unifamiliar localizada em área urbana (Perímetro Urbano de Rio de Moinhos), de acordo com os artigos 8º a 13º da secção I do capítulo II do Título II do PDM.-----
2. A pretensão reside na modificação de uma garagem existente, licenciada através do processo de obras nº 22/92, de 05/03/1992.-----
3. Da análise da proposta à luz do PDM, convém considerar o seguinte:-----
 - 3.1. ao aplicar o índice previsto na alínea b) do nº 1 do artº 12º, verifica-se que a área existente e aprovada em 1992 já excede tal parâmetro, não sendo possível a ampliação da edificação ao abrigo do disposto no instrumento de planeamento em vigor;-----
 - 3.2. de acordo com o nº 3 do artº 11º do Regulamento do PDM refere que “os projectos dos edificios deverão recorrer a soluções arquitectónicas e estéticas harmoniosas, incluindo os materiais, texturas e cores a aplicar

no exterior dos mesmos, adequadas a uma correcta integração no meio ambiente em que se vão inserir e compatibilizando os valores de ordem cultural e tradicional próprios da região. Deverá assim a proposta de alterações ser configurada com soluções que considerem estes aspectos construtivos;-----

- 3.3. do ponto de vista volumétrico, é importante mencionar que, não tendo cabimento na aplicação do PDM a ampliação da edificação, não será então possível o licenciamento de uma volumetria que contemple um 1º piso. No entanto, se se tornar necessário ampliar a cêrcea para dotar de condições de habitabilidade a edificação, deverá sempre respeitar o nº 2 do artº 13º do Regulamento do PDM – “ independentemente do estipulado no número anterior, a altura máxima dos edificios deverá sempre tomar como referência a altura total dominante do conjunto em que se inserem”.-----
- 3.4. Resumindo, da aplicação que cabe fazer do disposto no PDM, e da análise do contexto urbano que envolve a pretensão, só existe possibilidade de alteração da função ocupacional, sem alteração das áreas de construção e de implantação.-----
4. A proposta, no que concerne à compartimentação, deverá cumprir o RGEU, permitindo este regulamento a implantação de uma habitação de tipologia T2.-----

Considerando-se que a viabilização deste pedido não põe em causa nenhum parâmetro expresso no instrumento de planeamento em vigor, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, tendo em atenção as questões referidas anteriormente.-----

PONTO 2.3 – 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL-----

Depois de elaborada a proposta para a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2003, esteve presente e, depois de analisada foi deliberado, por unanimidade submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, tendo em conta a alínea a) do nº.6 do artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

PONTO 2.4 – EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO-----

Na sequência da deliberação de Câmara tomada em 12 de Novembro último, foram solicitadas propostas relativas às condições de financiamento, a curto prazo, em conta corrente caucionada para o ano financeiro de 2004, até ao montante global de 333.300 €, com a finalidade de ocorrer a dificuldades de tesouraria, às seguintes entidades bancárias: Caixa Geral de Depósitos, Banco Português do Atlântico, Banco Português

de Investimento, Banco Totta & Açores e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e Banco Espírito Santo.-----

Entre as entidades bancárias contactadas apresentaram proposta: a Caixa Geral de Depósitos, e o Banco Português do Atlântico, Banco Português de Investimento, Banco Totta & Açores e Banco Espírito Santo.-----

Após análise das mesmas, foi elaborada informação pelo técnico da área financeira desta autarquia, que fica anexa a esta acta.-----

Da análise efectuada, e de acordo com a referida informação técnica o factor de decisão foi a taxa de juro praticada, em função do spread aplicado, tendo em conta o factor de referência em todas as propostas é a EURIBOR. A Caixa Geral de Depósitos apresenta um spread mais baixo de 0,525%. sendo, neste caso, a mais vantajosa.-----

Pagamento de Juros: *trimestral ou semestral de acordo com a opção do município.*-----

Taxa de Juro: *Euribor a 3 meses ou 6 meses acrescidos de um “spread” de 0,525%.*-----

Assim, tendo em conta o estipulado na alínea a) do nº.6 do artigo 64º da Lei nº.169/99, com a redacção dada pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo, junto da Caixa Geral de Depósitos.**-----

PONTO 2.5 – EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO-----

Na sequência da deliberação de Câmara tomada em 12 de Novembro último, foram solicitadas à Caixa Geral de Depósitos, Banco Português do Atlântico, Banco Português de Investimento, Banco Totta & Açores, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e Banco Espírito Santo, propostas relativas às condições de financiamento, para contrair um empréstimo a médio e longo prazo, até ao montante de 200.000 €, pelo prazo de 12 anos com 2 anos de carência, destinado ao financiamento do projecto inserido no PPI nomeadamente: “Beneficiação de Caminhos de Acesso à UNOR 2”.-----

Entre as entidades bancárias contactadas, apresentaram proposta a Caixa Geral de Depósitos, Banco Português do Atlântico, Banco Português de Investimento e Banco Espírito Santo.-----

Após análise das mesmas, foi elaborada informação pelo técnico da área financeira desta autarquia, que fica anexa a esta acta.-----

Da análise efectuada, e de acordo com a referida informação técnica o factor de decisão foi a taxa de juro praticada, em função do spread aplicado, tendo em conta o factor de referência em todas as propostas é a EURIBOR. A Caixa Geral de Depósitos apresenta um spread mais baixo de 0,624%. sendo, neste caso, a mais vantajosa.-----

Pagamento de Juros: *Durante o período de utilização e diferimento, os juros devidos serão calculados ao dia.*-----

Taxa de Juro: *Euribor a 3 meses ou 6 meses acrescidos de um “spread” de 0,624%.*-----

Assim, tendo em conta o estipulado na alínea a) do nº.6 do artigo 64º da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, a **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contracção do referido empréstimo, junto da Caixa Geral de Depósitos.**-----

PONTO 2.6 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – **Fixação das Taxas a aplicar no ano de 2004**-----

De harmonia com o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis aprovado pelo Decreto-Lei nº287/2003, de 12 de Novembro, que prevê que as taxas do imposto municipal sobre imóveis são variáveis, cabendo aos municípios fixar anualmente as taxas aplicáveis, e tendo em conta a proposta apresentada pela ANMP, propõe-se:-----

1.) ao abrigo do nº.4 do artº.112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a Câmara Municipal propõe solicitar autorização à Assembleia Municipal para fixar as seguintes taxas do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar no ano de 2004:-----

- a) – Prédios rústicos: 0,8%-----
- b) – Prédios urbanos: 0,8%-----
- c) – Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,5%-----
- d) – Agravamento de 20% para os prédios degradados (definidos na ZEP) com base nº.7 do artº.112º do Código do Imposto Municipal----

2.) Comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro as taxas aprovadas.-----

Já com a estimativa de cobrança fornecida pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostas, conforme havia sido solicitada na última reunião de Câmara pelos vereadores eleitos pela CDU, a proposta acima referida foi colocada à discussão. Depois de discutida, e havendo algumas divergências entre os eleitos em maioria e os eleitos da CDU, estes últimos referiram: “tendo em conta o aumento significativo na base de incidência dos valores respeitantes às taxas a aplicar sobre o imposto municipal sobre imóveis e, tendo presente uma simulação de liquidação fornecida pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostas, os eleitos da CDU apresentam a seguinte proposta: alínea a) Prédios rústicos: 0,8%; alínea b) Prédios urbanos: 0,7%; alínea c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,4% e alínea d) agravamento de 20% para os prédios degradados

(definidos na ZEP) com base no n.º.7 do art.º.112º do Código do Imposto Municipal”.

Entretanto o Sr. Presidente colocou as duas propostas (PS e CDU) à votação cujo resultado foi o seguinte: Proposta apresentada pelos eleitos do PS – aprovada por maioria, com três votos a favor e dois votos contra. Proposta apresentada pela CDU – rejeitada com dois votos a favor e três votos contra.

Assim, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra:

1.) ao abrigo do n.º.4 do art.º.112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a Câmara Municipal propõe solicitar autorização à Assembleia Municipal para fixar as seguintes taxas do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar no ano de 2004:

a) – Prédios rústicos: 0,8%

b) – Prédios urbanos: 0,8%

c) – Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,5%

d) – Agravamento de 20% para os prédios degradados (definidos na ZEP) com base n.º.7 do art.º.112º do Código do Imposto Municipal.

2.) Comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro as taxas aprovadas.

PONTO 2.7 – PROJECTO DE ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMDE NOS TERMOS DA LEI N.º.11/2003 DE 13 DE MAIO

Previamente distribuído por todo o executivo, e depois de analisado, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de adaptação dos Estatutos da AMDE nos termos da Lei n.º.11/2003 de 13 de Maio. **Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter o referido documento à Assembleia Municipal para ratificação.**

Ficará cópia do referido documento anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.

PONTO 2.8 – ACTIVIDADES DA CÂMARA

Informações:

Hastas Públicas, para venda de Lotes no Loteamento Habitacional da Nave – Nora, no Loteamento sito na Horta do Rossio e Pavilhão sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo, realizadas a 27 de Novembro de 2003.

Foram adjudicados os seguintes lotes do Loteamento sito na Horta do Rossio:

- . Lote nº.10 – adjudicado a José Fernando Pombeiro Pécurto , pelo valor de 19.600,00 Euros.-----
- . Lote nº.11 – adjudicado a Luís Rafael Ficalho Alpalhão, pelo valor de 19.550,00 Euros.-----
- . Lote nº.12 – adjudicado a Heitor Geraldino Rato Azeitona, pelo valor de 19.550,00 Euros.-----
- . Lote nº.16 – adjudicado a Heitor Geraldino Rato Azeitona, pelo valor de 19.550,00 Euros.-----

Venda de Lote no Loteamento Habitacional da Nave – Nora:-----
 Foi adjudicado o lote de terreno nº.2.5 a Fátima da Conceição Monteiro Prates, pelo valor de 14.50,00 Euros.-----

Venda de lotes habitacionais destinados a habitação própria e permanente de jovens:-----

Tendo em conta a deliberação camarária de 25 de Junho/03 foi aberto concurso limitado para apresentação de Candidaturas para o Concurso Limitado para venda de lotes de terreno destinados a habitação própria e permanente de jovens, cujas candidaturas seriam entregues até 05 de Dezembro e a atribuição dos lotes seria efectuada no dia 11 de Dezembro.--
 Presente informação da Chefe de Divisão referindo que não foram entregues na Secção Administrativa da Câmara Municipal de Borba, quaisquer candidaturas para o Concurso.-----

Neste ponto da ordem do dia o Senhor Presidente informou ainda das reuniões em que participou entre a última reunião de Câmara e esta:--

- ✓ Reunião com as Juntas de Freguesia para reflectir sobre os Protocolos anteriores.-----
- ✓ Participação no Aniversário da Banda Filarmónica do Centro Cultural de Borba.-----
- ✓ Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento do Por Alentejo que se realizou em Portalegre.-----
- ✓ Reunião do Conselho de Administração da EDC Mármore.-----
- ✓ Reunião com os quatro Presidentes das Juntas de Freguesia, com o Engº Barnabé Ramalho e com o desenhador da Câmara para tentarem equacionar a hipótese de novos pontos de luz nas freguesias.-----
- ✓ Participação na assinatura do Protocolo de Apoio à aquisição do aparelho “TAC Multicorte”, destinado a equipar o Hospital de Elvas, que decorreu na Câmara Municipal de Estremoz.-----
- ✓ Reunião do Conselho de Administração da AMDE e da Assembleia Intermunicipal.-----

- ✓ Participação no jantar de encerramento do 5º Festival Gastronómico da Caça da Região de Turismo de Évora, que decorreu em Mora.-----
 - ✓ Conforme já havia informado, na última reunião, deslocou-se a Monforte no passado dia 28 de Novembro para ver as casas onde se encontra instalada a etnia cigana. Verificou então que são barracas do tipo das que existem em Borba.-----
- . Informou também que tem tido alguns contactos com pessoas de Santiago Rio de Moinhos a quem foram pedidas propostas para a aquisição de alguns terrenos anexos à ribeira.-----
- . O Sr. Presidente informou ainda que realizou-se uma reunião, na qual participou o vereador Artur Pombeiro, no local onde vai ser implantada uma rotunda junto à EM 508 – estrada que dá acesso a Rio de Moinhos. Surgiram alguns problemas com o acesso à Bomba de Gasolina ali existente, e a reunião teve lugar no local com a equipa que está a fazer o projecto e a equipa que fez o projecto das bombas para encontrarem a melhor solução.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Montagem das ornamentações alusivas ao Natal, que têm decorrido com algumas dificuldade devido às condições climatéricas.-----
- ✓ Loteamento do Forno-Orada – 2ª fase das infraestruturas.-----
- ✓ Reparação de alguns edifícios, nomeadamente, Horta das Freixas e Casas do Pisão.-----
- ✓ Está prevista para hoje a montagem dos Ecopontos enterrados.-----
- ✓ Estão a iniciar-se as obras nos caminhos da UNOR 2.-----
- ✓ Loteamento da Nave-Nora – aplicação de betuminoso.-----
- ✓ Loteamento da Horta do Rossio (Borprojecto).-----

Outra informação dada pelo vereador Artur Pombeiro: Foi feita uma reparação (no âmbito do programa RECRIA) na casa da Câmara sita na Rua José de Sousa Carvalho, porque a senhora que lá reside queixou-se de que havia infiltrações. Contudo, após vistoria feita pelos serviços técnicos da Câmara, concluiu-se que existiam infiltrações em toda a cobertura do edifício do Sport Clube Borbense, nomeadamente na varanda da qual também já vão infiltrações para a parte do edifício onde funciona o CCD Matriz. Informou que a Câmara já reuniu com o Sport Clube Borbense, na qual informaram que não têm condições financeiras para proceder às obras de recuperação e solicitaram a colaboração da Câmara, à qual respondeu que está a ser feito um grande esforço por parte da Câmara, para a recuperação de edifícios, mas vai analisar a situação e ver o que pode ser feito. O vereador informou ainda que foi feito um levantamento técnico da situação, do qual entregou cópia a todos os eleitos para conhecimento e

para ponderação.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Na sequência da informação dada pelo vereador Artur Pombeiro acerca das infiltrações de água no edifício do Sport Clube Borbense, informou que também teve uma reunião com o Sport Clube Borbense e que lhe colocaram esta questão. Contudo, entregou-lhe cópia de um Decreto-Lei que está em vigor e que dá hipóteses a estas Associações para se poderem candidatar a obras de recuperação, ampliação, etc., cujos sub-programas poderão ir até aos 100.000 Euros, ou mais de 100.00 Euros. Como a obra que necessitam não deverá ultrapassar os 100.000 Euros, esta poderá ser a forma de se poderem candidatar, uma vez que são possuidores daquele espaço.-----

O vereador Artur informou que, neste processo, há também uma responsabilidade da Câmara.-----

Ainda relativamente ao assunto, o Sr. Presidente acrescentou que, segundo a informação que teve da técnica que está a acompanhar este processo, a laje que foi feita no edifício do Clube está com infiltrações, o que implica uma intervenção completa na cobertura. Certamente essa intervenção terá um valor bastante elevado, valor esse, que a Câmara não poderá suportar. Contudo é uma questão que se pode vir a equacionar para ver quais são as hipóteses, podendo a questão da candidatura ser uma delas.-----

- ✓ Reunião com os técnicos da empresa que vai executar o projecto de Sinalização Turística Concelhia. Depois de uma reunião que também já teve com a Região de Turismo de Évora, nomeadamente com o Dr. José Santos (sobre o Pitter) foi-lhe transmitido que em relação a este projecto de Sinalização o Município de Borba e mais dois ou três são os que têm o processo mais avançado.-----
- ✓ Representação na Festa do Natal do Idoso na freguesia de Orada.-----
- ✓ Representação no Encontro com os Agentes da Comunidade “Ano Europeu das Pessoas com Deficiência”, promovido pela CerciEstremoz.-----
- ✓ Reunião com a comissão organizadora da Feira do Queijo, para planificação da próxima edição.-----

O vereador Joaquim Serra colocou as seguintes questões:-----

- ✓ Higiene e limpeza – chamou a atenção para que fossem tomadas mais algumas medidas de higiene e limpeza aos fins-de-semana, de modo que se consigam melhorar alguns pontos, ou que se consigam encontrar os pontos de maior conflito, e que até mesmo com o Dumper

se faça uma recolha suplementar de modo a dar mais alguma dignidade a esses pontos.-----

- ✓ Informou que recebeu o convite para o almoço do Natal do Idoso em Rio de Moinhos. Confirmou a sua presença e a do vereador Vicente Ermitão. Relativamente ao almoço do aniversário da Banda, perguntou se o convite foi dirigido ao Presidente ou se foi extensivo à Câmara. O Senhor Presidente informou que o convite que recebeu vinha apenas dirigido ao Presidente.-----
- ✓ Perguntou se já está previsto o jantar de Natal dos trabalhadores da Câmara, se já houve algumas conversações com os Serviços Sociais, ao que lhe foi transmitido pelo Sr. Presidente que até agora ainda nada foi apresentado pelos Serviços Sociais.-----
- ✓ Pediu a listagem de pagamentos a fornecedores e, se possível, que lhe fosse enviada ainda hoje.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, composta por dez páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----